



20 de fevereiro de 2024

Cabo Ligado Mensal: Janeiro 2024

[Cabo Ligado](#) é um observatório de conflitos em Moçambique lançado pela ACLED, Zitamar News e MediaFax.

ESTATÍSTICAS VITAIS

- ACLED regista 28 eventos de violência política em Cabo Delgado em Janeiro, resultando em pelo menos 25 fatalidades.
- Vinte e um dos eventos relatados foram incidentes que visavam civis
- Os eventos concentraram-se nos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia, Metuge, Pemba e Mecufi

TENDÊNCIAS VITAIS

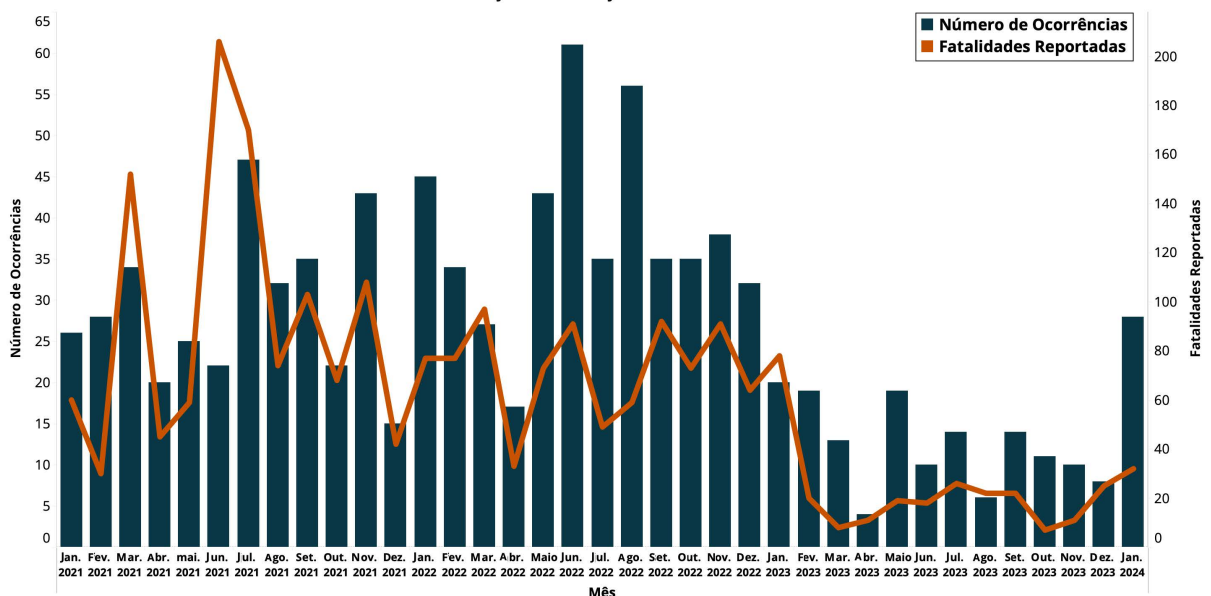
- O EIM esteve envolvido em 22 eventos de violência política em janeiro, três vezes mais que no mês anterior
- ACLED regista pelo menos 21 fatalidades em incidentes contra civis, o maior desde Dezembro de 2022
- A milícia Naparama esteve envolvida em quatro incidentes relacionados com o surto de cólera

NESTE RELATÓRIO

- A insurgência ameaça o sul
- Implicações das alterações da lei eleitoral para Cabo Delgado
- A visão da Tanzânia sobre a segurança regional

Violência Política e Fatalidades Reportadas em Cabo Delgado

Janeiro 2021 - Janeiro 2024



RESUMO DA SITUAÇÃO DE JANEIRO

Em Janeiro, assistiu-se à continuação da luta pelo controlo da costa de Macomia e das suas ilhas, bem como a um avanço significativo para sul por parte do Estado Islâmico de Moçambique (EIM). Mais ações da milícia Naparama no sul de Cabo Delgado foram um lembrete de que a falta de confiança das comunidades para com o Estado pode manifestar-se de forma violenta fora do quadro da insurgência.

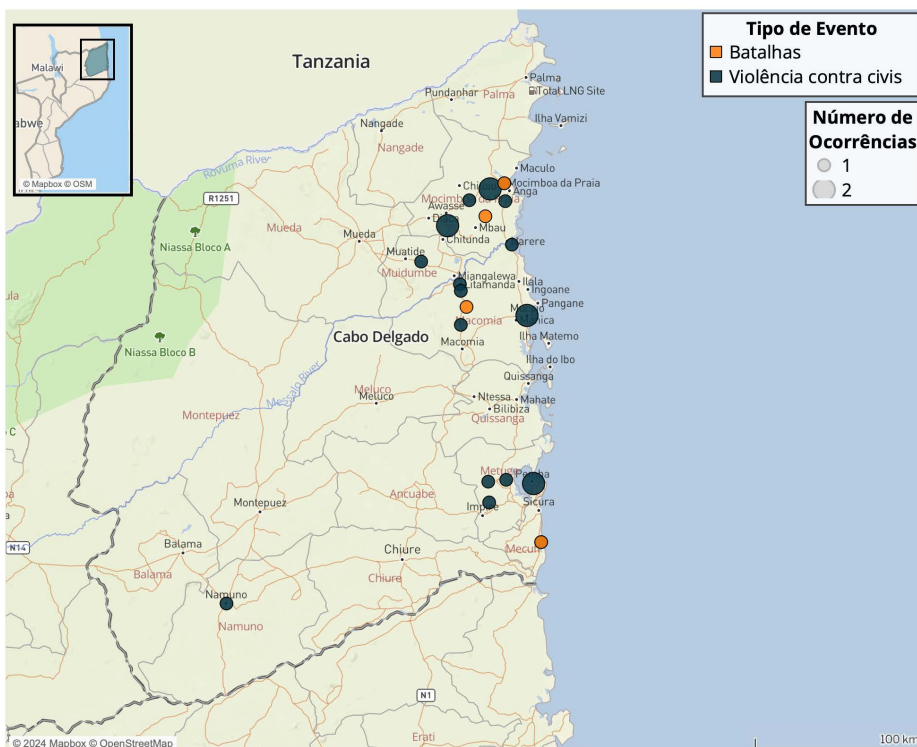
A 21 de Janeiro, o EIM assumiu o controlo da aldeia de Mucojo, no distrito de Macomia, depois de as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) terem abandonado um posto avançado na aldeia. A fuga das FADM ocorreu na sequência de ameaças do EIM decorrentes de pelo menos dois incidentes em que as FADM atacaram e mataram civis em Mucojo e nas aldeias vizinhas na semana anterior.

O EIM esteve envolvido em três vezes mais eventos violentos em Janeiro do que em Dezembro, sendo a grande maioria destes incidentes ataques a civis. ACLED registra pelo menos 21 fatalidades em tais incidentes. Embora o mês tenha sido notável pelo avanço do grupo para sul, mais de metade dessas fatalidades ocorreram no distrito de Mocímboa da Praia, a norte do reduto do EIM em Macomia.

Nos distritos de Ancuabe, Montepuez e Namuno, a milícia de Naparama atacou instalações associadas à resposta do governo à epidemia de cólera em curso. Tendo em conta os incidentes semelhantes ocorridos em Dezembro e a violência que se seguiu às eleições autárquicas em Chiure, tal violência é indicativa de divisões em Cabo Delgado que permanecem generalizadas e profundamente enraizadas.

Violência Política em Cabo Delgado

Janeiro 2024



A INSURGÊNCIA AMEAÇA O SUL

Por Tom Gould, Cabo Ligado

Em Janeiro, o centro de gravidade do conflito em Cabo Delgado deslocou-se para sul, à medida que os insurgentes disputavam com as forças de segurança pelo controlo da estratégica aldeia costeira de Mucojo, no distrito de Macomia, enquanto enviavam combatentes para os distritos de Quissanga, Metuge, Mecúfi e Chiure.

Durante a maior parte de 2023, Mucojo representou o limite sul da actividade insurgente, com os ataques concentrados em grande parte ao longo da costa de Macomia, em torno da auto-estrada N380, ou nos distritos de Muidumbe e Mocímboa da Praia. O EIM reorganizou os seus movimentos depois que as FADM [terem abandonado Mucojo](#) a 18 de Janeiro, permitindo que os insurgentes ocupassem a vila e garantissem o acesso ao mar.

Mucojo foi a primeira povoação substancial a ser ocupado por insurgentes desde que foram expulsos da vila sede de Mocímboa da Praia e Mbau em Agosto de 2021 pelas Forças de Segurança do Ruanda (RSF). Ao contrário destes exemplos, em que os civis foram deslocados da área, os insurgentes em Mucojo imediatamente começou a instalar [as armadilhas de um califado](#) sobre a população restante. Foi imposta uma interpretação estrita da Sharia, ou lei islâmica, incluindo a proibição de certos cortes de cabelo, a venda de álcool e calças justas ou afuniladas. Enquanto isso, as orações diárias e a frequência às mesquitas eram incentivadas.

O jornal al-Naba do Estado Islâmico (EI) noticiou a 25 de Janeiro que os seus combatentes estavam a usar a sua recém-adquirida liberdade de movimento ao longo da costa de Macomia para viajar de aldeia em aldeia de barco, pregando aos civis e alertando-os “do perigo de ajudar os infiéis.” Isto marcou uma das primeiras vezes desde o início do conflito em 2017 que os insurgentes fizeram uma tentativa séria de difundir e fazer cumprir os ensinamentos islâmicos.

Mucojo também se tornou um ponto de partida para uma investida ousada nos distritos do sul, onde os insurgentes raramente põem os pés. A 19 de Janeiro, os insurgentes começaram a chegar ao distrito de Quissanga e apareceram quatro dias depois na aldeia de Mussomero, a apenas quatro quilómetros da capital do distrito. Os insurgentes deslocaram-se para o distrito de Metuge a 25 de Janeiro, que faz fronteira com a capital provincial Pemba, e parecem ter-se divididos em dois grupos, com alguns a continuarem directamente para sul, até Mecúfi, enquanto outros marcharam para sudoeste em direcção ao distrito de Ancuabe.

No dia 30 de Janeiro, uma emboscada dos insurgentes perto de Nahavara, em Mecúfi, deixou oito soldados das FADM e membros da Força Local mortos. Os insurgentes também queimaram casas e sequestraram várias pessoas na aldeia vizinha de Makwaya no mesmo dia. Cerca de 1.460 pessoas [fugiram](#) das suas casas entre 22 de Janeiro e 2 de Fevereiro devido a estes incidentes, segundo a Organização Internacional das Migrações. Mecufi não sofria um ataque insurgente desde [Junho de 2022](#) .

As forças de segurança retomaram Mucojo sem luta até 31 de Janeiro, mas o facto de a terem abandonado expõe fragilidades alarmantes no aparelho de segurança de Cabo Delgado. À medida que se aproxima a retirada da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique, em Julho, as forças moçambicanas ainda lutam para demonstrar a sua capacidade de conter a insurgência.

Esta fraqueza encorajou a insurgência a empreender operações mais agressivas e até a apresentar-se como uma alternativa ao Estado moçambicano. As tentativas do EIM de impor a Sharia, mesmo que sejam de curta duração, irão desfazer a narrativa promovida pelas forças de segurança de que a insurgência em Cabo Delgado está sob controlo.

IMPLICAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NA LEI ELEITORAL PARA CABO DELGADO

Por Tomás Queface, Cabo Ligado

Em 2024, Moçambique irá às urnas para eleições presidenciais, legislativas e provinciais. Para isso, é necessário actualizar o registo de eleitores. De acordo com a lei moçambicana, o recenseamento eleitoral deve ter lugar seis meses após o anúncio das eleições. Dado que o Conselho de Ministros [anunciou](#) o dia 9 de Outubro de 2024 como data das eleições a 7 de Agosto de 2023, o recenseamento eleitoral deveria ter começado, por lei, em Fevereiro. No entanto, o facto de esta data coincidir com a época das chuvas significa que o recenseamento eleitoral teve de ser remarcado. Isto exigirá novas alterações nas leis eleitorais e terá implicações para o processo eleitoral em geral. A insurgência em Cabo Delgado também poderá afectar o processo de recenseamento e a realização das próximas eleições.

Janeiro e Fevereiro deste ano coincidiram com o pico da estação chuvosa, especialmente no norte de Moçambique. Este impacto foi real em Cabo Delgado. Em Janeiro, as chuvas provocaram o [colapso](#) da ponte EN380, cortando a ligação terrestre entre Macomia e os municípios de Mocímboa da Praia, Mueda, Nangade e Palma. No distrito de Mecufi, no sul de Cabo Delgado, mais de 9.000 pessoas ficaram [sitiadas](#), os campos agrícolas foram inundados e houve falta de acesso à ajuda alimentar para as vítimas das cheias em consequência do transbordamento do rio Megaruma.

À luz destas realidades, a Frelimo [propôs](#) a 11 de Janeiro, uma alteração à lei do recenseamento eleitoral, Lei n.º 8/2014, de 12 de Março, para permitir o adiamento das datas. Posteriormente, os partidos no parlamento [votaram](#) por consenso em 24 de Janeiro para alterar a lei para alterar o início do recenseamento eleitoral para nove meses após o anúncio da data das eleições, em vez de seis meses. Por conseguinte, o recenseamento eleitoral terá lugar entre 15 de Março e 28 de Abril, [segundo](#) o Conselho de Ministros.

Na prática, esta mudança exigirá uma revisão do calendário eleitoral e a necessidade de alterar outras leis para reflectir tais mudanças. As alterações propostas pela Frelimo visam enfrentar os desafios logísticos devido à estação das chuvas, mas levantam preocupações sobre a justiça e a igualdade de oportunidades para os partidos mais pequenos nas próximas eleições. Esta mudança no calendário eleitoral reduzirá o tempo que os partidos da oposição têm para preparar os seus documentos de candidatura. Para as eleições provinciais, o prazo para os partidos e candidatos apresentarem as suas candidaturas será reduzido de dois meses para três semanas. E o prazo para os candidatos à assembleia provincial será reduzido de dois meses para 20 dias. Este é um grande problema para as pessoas das zonas rurais, que por vezes têm de se deslocar às grandes cidades para obter este documento.

Os ataques dos insurgentes também podem afectar o recenseamento eleitoral em Cabo Delgado. Com o recenseamento eleitoral previsto para começar no dia 15 de Março, a Comissão Nacional Eleitoral deverá realizar o recenseamento apenas nas sedes distritais e municipais onde haja segurança adequada, [segundo](#) o Centro de Integridade Pública. Durante as eleições autárquicas de Outubro passado, o único município onde houve preocupações sobre a realização de eleições foi Mocímboa da Praia. No entanto, a presença de tropas moçambicanas e ruandesas significou que o processo prosseguiu sem quaisquer ataques insurgentes. A situação é diferente para as eleições gerais, que terão lugar em todas as aldeias, vilas e distritos de Cabo Delgado. Com os ataques dos insurgentes ocorridos nos distritos de Macomia,

Mecufi, Metuge, Mocímboa da Praia, Muidumbe e Pemba só em Janeiro, o processo eleitoral está sob ameaça imediata. Até mesmo a distribuição de material de recenseamento eleitoral às principais aldeias e centros das vilas poderá ser afectada por ataques às aldeias e vilas ao longo da EN380, particularmente na rota Macomia-Oasse.

De acordo com a Constituição moçambicana, o sufrágio universal é a regra geral para a eleição dos membros dos órgãos electivos a todos os níveis. A interrupção do recenseamento eleitoral impedirá que muitas pessoas em Cabo Delgado votem e sejam eleitas como representantes e membros das assembleias provinciais, deputados e outros órgãos eletivos. Sem este direito universal, não poderão expressar as suas queixas ou participar directamente em debates e decisões sobre questões que os afectam através de eleições. Não há solução à vista para garantir que este direito constitucional seja respeitado, dada a insegurança em algumas partes de Cabo Delgado. As forças nacionais e estrangeiras estão limitadas na sua capacidade de desdobramento em toda a província de Cabo Delgado. Se não houver outra saída legal, o parlamento poderá ser solicitado a alterar novamente a lei eleitoral.

A VISÃO DA TANZÂNIA SOBRE A SEGURANÇA REGIONAL

Por Peter Bofin, Cabo Ligado

Dois discursos proferidos em Dar es Salaam, no dia 22 de Janeiro, deram uma rara visão sobre a visão da Tanzânia sobre questões de segurança regional. O General Jacob John Mkunda, Chefe das Forças de Defesa (CDF), e a Presidente Samia Suluhu Hassan discursaram na Sétima Reunião das CDF e dos Comandantes. Destacaram como a segurança interna da Tanzânia está ligada aos conflitos na região, incluindo em Cabo Delgado e na República Democrática do Congo (RDC). Ambos abordaram o recrutamento para grupos armados na região da Tanzânia, o destacamento da Força de Defesa Popular da Tanzânia (TPDF) em Moçambique e os riscos de segurança apresentados pelos refugiados. O Ruanda está, de uma forma ou de outra, envolvido em todas estas questões.

O General Mkunda [começou por sublinhar](#) o “problema crescente” do “terrorismo e do extremismo”, falando da radicalização de jovens com idades entre os 15 e os 35 anos e enviados para se juntarem a “grupos terroristas, em particular na RDC, em Moçambique e na Somália”. A Presidente Samia [voltou ao assunto](#) mais tarde. “Não podemos dizer que são grupos moçambicanos ou grupos da RDC”, disse ela. “São grupos de tanzanianos, desde que neles haja tanzanianos.” Para a Presidente Samia, a manutenção da segurança interna dependeria de os conflitos nesses países não se alastrarem para a Tanzânia, quer através do regresso dos tanzanianos envolvidos nesses grupos, quer através de comunidades de refugiados de países vizinhos que se tornassem canais para a entrada de armas ligeiras no país.

O General Mkunda apresentou poucas novidades sobre as operações de segurança da Tanzânia no sul da Tanzânia e no norte de Moçambique e estava correcto ao afirmar que as operações de segurança impediram que o conflito se alastrasse para a Tanzânia. A Presidente Samia, nas suas observações, fez eco deste facto, mas mencionou a presença de duas forças distintas na fronteira que levou a Tanzânia a estabelecer um acordo de segurança bilateral com Moçambique. Um deles foi o grupo “terrorista” que “atravessa de tempos em tempos para cometer actos de terror do nosso lado”. Numa clara referência à RSF destacada em Palma, a sua outra preocupação é uma “força estrangeira que está ao lado da nossa fronteira”.

O Presidente Samia não se debruçou sobre as preocupações da Tanzânia relativamente ao Ruanda. De facto, o Ruanda não foi mencionado quando o conflito em Cabo Delgado foi discutido. Esta reticência

deveu-se provavelmente ao envolvimento da Tanzânia na Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral na RDC (SAMIDRC), que está actualmente a combater contra o Movimento M23 na província do Kivu do Norte, juntamente com a Força de Defesa Nacional do Burundi, destacada bilateralmente. [Considera-se que](#) o M23 seja apoiado pelo Ruanda, tendo a RSF estado [supostamente](#) ativo no país a 7 de fevereiro.

Um elemento de propagação de conflitos a partir de Moçambique que a Tanzânia tem evitado são os fluxos de refugiados. Os refugiados que chegaram, sobretudo após o ataque a Palma em Março de 2021, foram [rapidamente repatriados](#). A Tanzânia tem sido inflexível quanto ao facto de os assentamentos de refugiados de longa duração no noroeste terem sido uma fonte significativa de insegurança. A Tanzânia tem impedido o crescimento de tais assentamentos no sul do país e, nos últimos anos, tem pressionado pelo regresso dos refugiados do noroeste ao Burundi e à RDC. Na reunião de Dar es Salaam, o General Mkunda sublinhou este ponto, acusando-os de serem “requerentes de asilo e migrantes económicos mal sucedidos”.

Há evidências de que os assentamentos de refugiados na região de Kigoma, na Tanzânia, são locais de violência política. Nos últimos cinco anos, os dados do ACLED mostram que a região de Kigoma tem as taxas mais elevadas de violência política na Tanzânia nos últimos cinco anos, concentradas nos campos de refugiados de Mtendeli, Nduta e Nyarugusu. No entanto, os recentes picos de violência seguiram-se a um [acordo de repatriamento](#) celebrado em 2019 entre a Tanzânia e o Burundi. A violência contra civis por parte da polícia foi responsável por um número significativo desses [incidentes](#) registrados.

O fardo de refugiados da Tanzânia, na sua maior parte, resulta da agitação nos países dos Grandes Lagos. Resta saber que rumo tomará enquanto o contingente da SAMIDRC da Tanzânia estiver em conflito com o M23 na RDC e a Presidente Samia desconfiar da presença do Ruanda do outro lado da fronteira em Moçambique.



ZITAMAR
NEWS



ACLED
Bringing clarity to crisis

mediaFAX